

## **O trabalho no Brasil rural: situação atual e o futuro próximo**

Zander Navarro<sup>1</sup>

### **Introdução**

O presente comentário integra um capítulo mais extenso a ser publicado, o qual discute a “história rural” do Brasil em um longo período, iniciado com a formação da República, conforme os detalhes referidos acima. Aqui se concentra, exclusivamente, no tema do “trabalho rural” e suas evidências quantitativas, em particular nos anos mais recentes do presente século, utilizando-se os dados da chamada “PNAD Contínua”, comparados os anos de 2012 e 2025. Alertando inicialmente que a categoria “trabalho” sequer é citada na metodologia desse levantamento periódico de dados sob a responsabilidade do IBGE. Nas PNAD(s), o conceito central é “ocupação” (empregados, empregadores, ocupações por conta própria e trabalhadores auxiliares) e em torno desse conceito são apuradas as demais estatísticas. Destacados exemplos do uso dos dados organizados pelas PNAD(s) podem ser encontrados em todos os capítulos do livro organizado por Castro, Garcia e Navarro (2025) e, em especial, no magnífico artigo de Hoffmann e Jesus (2020).

No presente comentário, contudo, ainda que trabalho e ocupação sejam conceitual e sociologicamente palavras com significados diferentes, serão utilizadas indistintamente, como quase sinônimos.<sup>2</sup> Assim se justifica porque o objetivo precípua do texto é demonstrar estatisticamente um fato que é mais conhecido e comentado sob ocasionais “fatos estilizados”, ou seja, informações empíricas não sistemáticas que sugerem a crescente redução na oferta de trabalho nas regiões rurais. Ou, mais genericamente, além do processo de trabalho, *um evidente esvaziamento demográfico do vasto interior rural*

---

1 Sociólogo, o autor é pesquisador da Embrapa (Brasília), atualmente cedido ao Ministério da Agricultura e Pecuária. A preparação dos dados das PNAD(s), discutidos na terceira seção do comentário, contou com a orientação um brilhante colega especialista em estatísticas agrícolas, Rodolfo Hoffmann (USP), a quem o autor sinceramente agradece.

2 Um sumário esclarecedor sobre tais estatísticas pode ser encontrado nas páginas 43-48 em Castro, Garcia e Navarro (2025).

*do Brasil*. Os impactos dessa “grande transformação” são variados e de imensa relevância, não afetando apenas as atividades produtivas que, assim, precisam se reorganizar sob outros formatos tecnológicos, mas são numerosos efeitos igualmente em diversos outros âmbitos sociais. Afirmado superficialmente, trata-se do gradual desaparecimento do “rural do passado”, sob o qual o campo brasileiro, anteriormente denso em termos populacionais em muitas regiões, recolhia grande importância política e social – *grosso modo*, até o século passado. Gradualmente, em especial a partir do final dos anos 1990, observou-se a emergência de um “novo rural” com facetas inéditas de maior diversificação produtiva, intensificação tecnológica e produtor de riquezas em níveis igualmente sem precedentes (Pedroso e Navarro, 2020; Navarro, 2020, 2022; Buainain, 2025).

As manifestações do trabalho rural na história brasileira, mesmo se analisadas em tempos mais remotos após o término do escravismo, são fortemente variadas, segundo as características regionais, os sistemas produtivos e as próprias “histórias locais”. Mas, invariavelmente, indicando a intensa precariedade da vida material de vastas maiorias sociais, as famílias rurais mais pobres sem acesso à terra e, portanto, dependentes da contratação por proprietários rurais. Ou então, indivíduos ocupados em atividades agrícolas em seus estabelecimentos rurais de pequeno porte, igualmente sujeitos a baixos níveis de renda e à necessidade de empregar-se, ainda que temporariamente, em atividades fora do estabelecimento rural. Ao longo da história brasileira, são especialmente sofridas as formas de exploração social que tipificaram distintos ramos produtivos, com denominações regionais e facetas próprias. Contudo, esses contextos e formas de ocupação rural não serão citadas ou analisadas *per se* nesse comentário, que se dedica apenas a indicar a situação geral do trabalho rural atualmente, a partir do exame de estatísticas disponíveis.

## **1. O trabalho rural: uma breve leitura dos tempos atuais**

Além das características do regime econômico, são outros os fatos e processos, muitos associados a fatores ainda não discutidos pela pesquisa, e que impactam sobre os comportamentos sociais e as decisões dos agentes econômicos. Um exemplo é a facilitação agora oferecida pelos meios de transporte, os quais passaram a ligar todo o Brasil, em ampla malha rodoviária – mas os efeitos de tal fato sobre os fenômenos migratórios são ainda desconhecidos. Ou a impressionante disseminação da informação em geral, através da internet, mesmo em locais remotos do nosso vasto interior. Em

decorrência, o Brasil rural, geograficamente gigantesco, em face dessas mudanças, metaforicamente se tornou diminuto, pois os movimentos populacionais pelo território, em um tempo reduzido (nesse século), se tornaram amplamente mais ágeis e menos custosas, não mais representando, para as famílias rurais mais pobres, uma aventura rumo ao desconhecido, como foi no passado. Sobretudo no Norte e no Nordeste, como ilustração, tem crescido espantosamente o número de motocicletas nas regiões rurais (ver adiante), o que aproximou dramaticamente as comunidades rurais e suas populações das cidades vizinhas, reduzindo o isolamento e, em consequência, adensando as formas de interação social na região. Ao mesmo tempo em que criou oportunidades para os moradores rurais, ao ampliar a informação sobre postos de trabalho urbanos, novos serviços e um interesse mais geral sobre a vida urbana. Sem surpresa, em São Paulo, “(...) 65% da população ocupada rural não é agrícola e 58% da POC agrícola é [moradora] urbana” (Hoffmann e Jesus, 2020, p. 127).

Em consequência, ante um processo de transformação de tal escopo, em todos os âmbitos, seria inevitável que as mudanças repercutissem fortemente na estrutura de ocupações rurais ou, mais amplamente, no “mundo do trabalho”. Da modernização que incentiva a mecanização substitutiva do trabalho humano ao crescimento da economia, no entorno de regiões específicas, as quais atraem migrantes rurais para o emprego urbano. Ou a expansão das cadeias produtivas e suas firmas participantes, que ampliam a oferta de empregos a jusante e a montante. E até mesmo a multiplicação de assentamentos rurais – em torno de dez mil e espalhados em todo o país, áreas que teriam absorvido em torno de um milhão de famílias. Decorrentes do programa de redistribuição fundiária, essas unidades fundiárias reformadas “enxugaram” uma parcela importante de moradores das zonas rurais que antes eram potenciais trabalhadores assalariados em atividades agropecuárias.

Em termos gerais, um estudo recente é bastante revelador sobre as tendências gerais, se examinados os dados do Brasil rural como um todo, ao pesquisarem os efeitos no mercado de trabalho entre 1996 e 2022, a partir dos dados das PNAD(s). Segundo os autores:

“(...) ao longo de todo o período analisado [1996 a 2022] houve redução importante no número de trabalhadores não remunerados atuando na agropecuária (...) aumentou o número de trabalhadores produzindo apenas para autoconsumo (...) quanto à geração de empregos assalariados, a tendência foi de redução (...) observando os trabalhadores por conta própria e empregadores e os não remunerados, nota-se, primeiramente, que em grande parte as reduções da população ocupada decorreram quantitativamente das “demais” atividades (...)”

esses dois resultados – queda expressiva do número de produtores em atividades de menor relevo na pauta de produção e queda do número de produtores nas atividades em destaque e crescimento da produção – indicam a presença de *forças de especialização produtiva e de eliminação de produtores menos competitivos*” (Gilio e Castro, 2024, Capítulo 8. Grifos acrescidos).

Os relatos de pesquisa ou as informações episódicas se multiplicam sobre o tema geral. Na colheita da maçã catarinense, parte importante daqueles envolvidos na colheita são pernambucanos de origem, ainda migrantes temporários e, no mesmo estado, os avançados setores produtivos da avicultura e da suinocultura há muito enfrentam tanto a redução do tamanho das famílias integradas ao setor como a drástica diminuição na oferta de mão de obra no Oeste catarinense. No poderoso setor da pecuária do Mato Grosso do Sul, abundam os relatos sobre um suposto “apagão” na oferta de trabalho para as atividades do setor (Villela, 2024). Em São Paulo, como citado acima, parte majoritária das famílias rurais já se mudou para as sedes municipais (ver a terceira seção desse comentário), o que quase sempre representa o primeiro passo para deixar o campo, definitivamente. Em Minas Gerais, na Zona da Mata, onde se concentra o maior polo nacional produtor de leite (um quinto dos produtores), são frequentes os relatos do “problema do trabalho”. Conforme um estudo recente que analisou o problema da sucessão familiar, os produtores enfatizaram não apenas as dificuldades de garantir a continuidade da atividade com os filhos, mas igualmente o crescente desafio de contratar empregados. Perguntados sobre o futuro da atividade leiteira na região nos próximos dez anos, os depoimentos de três produtores, um homem de 55 anos, uma jovem produtora de 22 anos e o terceiro, um também jovem produtor de 26 anos, assim se pronunciaram, conforme os reveladores relatos do estudo:

“(…) Com dificuldade tocar por falta de mão de obra, né? (...) Eu queria continuar, até porque fiz muito investimento, né? Mas sem mão de obra não dá. Para você ter uma ideia, o ônibus da [empresa urbana] busca gente aqui na região toda, eles saem daqui de madrugada e chega de noite. Para lá eles vão, quando fala que é para curral ninguém quer. Até os que não estudam, acham melhor ganhar um salário comercial na cidade do que trabalhar na agricultura [depoimento do produtor] (...) eu acho que vai acabar. Eu acho não, eu tenho certeza, porque muita gente não quer se mexer (...) os mais velhos vão morrendo e os mais jovens pegam, e acham mais fácil vender tudo, tipo assim, não dão continuidade. Aqui na região mesmo que eu conheço, são poucos os filhos que dão continuidade e tem muitos outros lugares aí por causa de mão de obra mesmo (...) E tipo assim, tem gente que não tem, ou às vezes a saúde não ajuda, às vezes quer tentar, mas a saúde não vai e não tem a mão de obra para ajudar. Então, eu acho que no futuro isso vai acabar [depoimento da produtora] (...) Falta de qualificação, falta de interesse e os auxílios que a população vem recebendo. Tem um grande problema que a gente tem hoje, no meio rural como um todo, é o desinteresse não só da pessoa de trabalhar, mas de assinar carteira (...) eu quero assinar carteira, regularizar a situação dele, mas muitas vezes eu não consigo,

porque o funcionário não quer, se ele assinar perde o auxílio. Para mim é ruim. Eu crio um passivo dentro do meu estabelecimento agropecuário. Mas os principais [problemas], isso aí vem dos últimos anos. Os principais são falta de interesse e de qualificação [depoimento do terceiro produtor]” (Depoimentos contidos em Ferreira, 2023, p. 96-97).

Em outra região, de enorme importância econômica, comentando sobre o setor de produção de frutas no Vale do São Francisco, o economista e pesquisador da Embrapa (Petrolina), João Ricardo Ferreira de Lima, fundando-se nos dados do Observatório de Mercados de Manga e Uva (os principais produtos) destacou aspectos relevantes na atividade. Qual seja, a fruticultura que ali se desenvolveu é fortemente intensiva em tecnologias, mas esta faceta não reduziu o uso do fator trabalho e, pelo contrário, a atividade é igualmente intensiva em mão de obra. Parece ser ainda impossível substituir o trabalho humano por máquinas e, segundo suas palavras, “(...) não tem como uma máquina fazer o trabalho de raleio nas uvas, o que as mulheres fazem, ou colher [mecanicamente] as melhores mangas para a exportação” (informação pessoal).

O pesquisador ainda cita outro aspecto, inédito e fascinante em termos sociais e políticos. Apesar da precariedade geral que é a marca do Nordeste rural, nos últimos vinte anos tem ocorrido uma expansão nas oportunidades de educação e, em consequência, aumentou muito o nível geral de escolarização. Novamente citando o pesquisador, no Vale do São Francisco e em relação dos cultivos das duas frutas referidas, “(...) mais de 50% são pessoas com menos de 30 anos, e a maior parte das contratações são até 21 anos. Quase a metade possui ensino médio completo. Anos atrás, esse percentual era formado quase totalmente por analfabetos.” Como seria inevitável, crescem igualmente as expectativas e, assim, são pessoas que anseiam por maiores salários (se paga apenas um salário-mínimo na fruticultura) e melhores condições de trabalho, normalmente fora das penosas atividades rurais.

Nessa região, assim como em praticamente o restante do Brasil rural, vem sendo verificado outro comportamento que revela o pragmatismo dos trabalhadores rurais, mas introduz um tema de controvertida discussão. O qual seria a recusa daqueles contratados de ter a sua carteira profissional assinada (e os consequentes direitos trabalhistas), pois eles estariam inscritos no CadÚnico e, como recebedores de algum benefício (Bolsa Família ou outro), não querem correr o risco de perdê-lo, caso se tornem assalariados formalmente contratados. É uma curiosa situação que opõe “direitos” à busca de maior ganho de renda mensal, contradição que expõe, claramente, a precariedade da vida social rural.

Finalmente, e examinando uma outra região rural do Brasil, é igualmente relevante o caso da produção de cacau no Pará. Esse é estado que, desde 2018, se tornou o maior produtor nacional, superando a histórica prevalência do sudeste da Bahia. Contudo, a mesma dificuldade de encontrar mão de obra tem sido crescentemente relatada por pesquisadores e conhecedores desse setor produtivo. Outro pesquisador da Embrapa (Belém) e um dos maiores especialistas sobre a Amazônia, Alfredo Homma, em trabalho recente escreve sobre os dilemas enfrentados pelos produtores de cacau, ao enfatizar que “(...) os produtores nos municípios paraenses ao longo da rodovia Transamazônica estão promovendo a mudança dos antigos cacauzeiros híbridos por monoculturas clonais de alta produtividade e com baixa estatura. A escassez de mão de obra e as questões trabalhistas, os meeiros ascendendo a proprietários e a indução à mecanização nos tratos culturais e, mais recentemente, a quebra mecânica do fruto, todos são fatores que impulsionaram a mudança” (Homma, 2024). Não obstante a introdução da máquina para quebrar os frutos, a colheita ainda requer o trabalho manual e, em consequência, os produtores têm tentado recrutar trabalhadores no vizinho Maranhão. Da mesma forma, nessa região ocorre a recusa à formalização do trabalho via carteira profissional, pelo mesmo motivo antes citado – evitar a queda na renda, caso sejam retiradas as transferências governamentais.

## **2. Fatores explicativos**

No presente século e, em especial, nos anos mais recentes, uma série de processos sociais vem contribuindo para o gradual, mas inevitável esvaziamento demográfico do campo brasileiro. Desconsiderando nessa parte os processos propriamente econômicos e concorrenciais que selecionam produtores rurais, sobretudo nas cadeias produtivas onde vigora mais densidade econômica e acirramento competitivo entre os atores participantes, é preciso ressaltar outros tipos de processos, não econômicos, que igualmente contribuem para afugentar as famílias do ambiente rural (um notável estudo em setores altamente modernizados tecnologicamente, mas socialmente excludentes, é o de aves e suínos. Ver Miele, 2025).

Um fato relevante, não estudado, mas conhecido a partir de evidências ocasionais, se refere a mudança raramente comentada, porém acarretando consequências práticas. Diz respeito às antigas escolas rurais espalhadas no vasto interior do país. Usualmente, modestos prédios mal conservados, sem os recursos mais tradicionais de escolas de primeiro grau, destinados a receber as crianças das famílias rurais das redondezas. Como esperado, os professores da rede escolar do município resistiam a ser indicados como

responsáveis para tais funções, por óbvias razões e, muitas vezes, os docentes apontados para as escolas rurais sequer comandavam mínimas qualificações para a função. O resultado pedagógico, citado ocasionalmente em relatórios dos órgãos responsáveis, ressalta a precariedade geral.

Nos anos noventa, em particular, em função de diferentes políticas educacionais, dos governos estaduais ou o federal, algumas iniciativas estimularam as prefeituras, em crescente proporção, a adotar o que parecia ser o mais lógico e de menor custo. Qual seja, fechar as escolas rurais e, com melhores condições de transporte, trazer as crianças em idade escolar para a sede dos municípios. Os resultados mais visíveis foram imediatos. Terminava assim a discriminação antes existente entre o (usualmente péssimo) ensino das escolas rurais isoladas nos rincões do interior do município e o (supostamente) melhor ensino oferecido nas escolas públicas situadas na sede, criando maior satisfação entre os pais dos alunos. E, talvez na maioria das situações, o custo total, comparando as duas situações, foi reduzido. A equação da mudança, ao fim e ao cabo, se reduzia a uma melhoria constante do transporte escolar e suas condições de segurança e conforto para as crianças.

Outros fatores igualmente não analisados empiricamente, a partir dos anos noventa, foi a multiplicação em quase todo o interior, de antenas parabólicas e, mais tarde, a chegada, já nesse século, dos celulares e a internet. Os primeiros inundaram os lares rurais, incluindo muitas famílias rurais mais pobres, com as visões idílicas e em cores, sobre “o mundo urbano” e o segundo permitiu, gradualmente, o acesso às informações sobre o trabalho urbano temporário e, mais tarde, a decisão da migração definitiva para as cidades.

O processo social intangível e nunca pesquisado, embora evidente, foi a gradual transformação na sociabilidade das famílias rurais nesses novos contextos – particularmente entre os filhos. No tocante à educação escolar, por exemplo, ao conviverem com seus colegas moradores da cidade, a percepção das crianças rurais sobre a pobreza e o isolamento de sua vida no campo se tornou nítida, face às diferenças sociais, um fato depois relatado aos seus pais. Assim constituindo, lentamente, um reforço na visão comparativa entre a “precária vida rural” e uma certa fantasia sobre uma vida social urbana que poderia ser melhor para a família. O aprofundamento desse hiato, também lentamente, foi apenas enraizando o desejo da migração, senão da atividade e o trabalho agrícola, pelo menos da moradia, transferindo-a para a sede municipal.

Não existem estudos específicos sobre tais processos relativos à educação escolar rural, naquela década em diante e seus impactos sociais – ou mesmo os demais processos sociais citados. Mas seriam desnecessários muitos estudos para estabelecer concretamente tais relações, bastando associá-los a outros dados estatísticos e evidências empíricas. As quais comprovariam, ainda que indiretamente, que foram mudanças de grande impacto no esvaziamento do campo brasileiro no presente século.

O tema geral do aprofundamento das formas de interação social das famílias rurais foi reforçado, a partir da década de 1990, por uma reveladora mudança na forma de transporte principal dessas famílias, de renda média ou aquelas mais pobres. No passado, durante os anos setenta e oitenta, essas famílias, em todas as regiões, ansiavam pela posse de bicicletas, as quais facilitariam suas viagens (quase sempre relativamente curtas) para as sedes municipais, onde o responsável familiar, normalmente o homem, realizaria as diversas tarefas previstas em tais visitas. A partir do final dos anos noventa e, em especial, no presente século, surgiram as motocicletas, que foram se multiplicando e, assim, também o seu acesso, seja pelo relativo barateamento ou através de diversas formas de aquisição. Multiplicaram-se nas regiões rurais brasileiros, mas sua expansão encontrou números significativos, em especial, nas regiões rurais nordestinas e no Norte do Brasil. Esse crescimento foi primeiramente verificado em estudo realizado, o qual demonstrou, também fundando-se nas estatísticas das PNAD(s) que “(...) de cada 100 residências rurais em todo o Nordeste, 36 tinham ao menos uma moto, em 2015. Entre os estados, merece destaque o caso do Piauí, onde mais da metade dos domicílios rurais possuía motos nesse mesmo ano. Quanto ao Ceará e ao Maranhão, a relação era de 41 a cada 100 domicílios” (Aquino e Freire, 2018, p.11; Aquino e Nascimento, 2020).

A esses fatos cita-se outro, no campo da demografia, referindo-se à impressionante redução do número de filhos por família nas regiões rurais brasileiras. Em 1950, a chamada “taxa de fecundidade total” do país era de 6,28 filhos por mulher, elevando-se a 8,56 na região Norte e 7,39 no Nordeste. Quase oito décadas depois, segundo a recente apuração do Censo Demográfico de 2022, esses números caíram para 1,55 no Brasil como um todo e 1,89 e 1,60, respectivamente, nas duas regiões mencionadas. Ressaltando que a média nacional, nas regiões rurais, também caiu para menos de 2,1, a qual seria taxa mínima de reprodução que manteria a estabilidade demográfica em um dado espaço geográfico. Adicionalmente, aumentou a idade média em que as mulheres tiveram seu primeiro filho e, entre aquelas com idade entre 50 e 59 anos, aumentou a proporção de mulheres que não tiveram filhos. E salientando, ainda mais, que a redução de fecundidade

total é fato verificado em *todas* as regiões rurais do Brasil (IBGE, 2025). Tal fato não diretamente econômico tem diretas e relativamente óbvias implicações para a economia agropecuária como um todo, pois reduz a oferta de trabalho e afeta diretamente o processo produtivo. Tanto no âmbito interno dos próprios imóveis rurais e suas atividades cotidianas como no tocante à oferta da força de trabalho geral, eventualmente contratada como assalariados nas diversas regiões rurais. Somado às migrações, é o vetor que diretamente vem reduzindo a oferta de mão-de-obra no campo brasileiro, em praticamente todas as regiões. Em consequência, sobre o fato existem claras implicações econômicas, embora sejam ainda quase inexistentes esforços de pesquisa que analisem os indicadores demográficos específicos da vida social em regiões rurais e expliquem os seus impactos na economicidade dos processos produtivos.

No tocante a processos tipicamente sociais, talvez seja suficiente apontar, como um sucinto exemplo, o fascinante estudo elaborado Fiuza *et alii* (2020), provavelmente emblemático de tendências ora em curso, pelo menos em determinadas regiões. A pesquisa das três autoras restringiu-se à Zona da Mata mineira, mas se associam a diversas outras tendências sociais em curso nas regiões rurais e refere-se, nesse caso, às decisões de produtores rurais transferirem suas moradias para as sedes dos municípios, um fato antes restrito, quase sempre, apenas às famílias rurais mais abonadas. Mas as evidências têm sugerido que tal decisão amplia-se também entre os produtores rurais de menor porte produtivo e capacidade financeira. No caso mineiro, um processo usualmente facilitado por serem os municípios em grande número e de área total menor e, assim, as distâncias entre as propriedades rurais e as sedes municipais são menores, facilitando o deslocamento e garantindo tanto a moradia, agora urbana, como a administração das atividades agrícolas e pecuárias. O estudo relacionou o fato com outros indicadores gerais (PIB, IDH, taxas de urbanização, entre outros indicadores), também comparando as tendências entre os censos de 2006 e 2017. Não foi propósito das autoras, contudo, analisar os impactos da mudança sobre outros aspectos sociais, como a constituição da “impossibilidade do retorno ao rural”. Pois exigiria mais tempo de permanência dos moradores no ambiente urbano e pesquisas mais minuciosas. Mas, como uma hipótese de trabalho, é muito provável que a ambientação na cidade, especialmente para os filhos, significará a desistência definitiva de morar no campo, aumentando a redução da população rural. E para o(a) administrador(a) das atividades agrícolas no estabelecimento rural, significará também a redução do trabalho familiar, afetando de alguma forma a atividade produtiva. Ou seja e em síntese, também nesse caso, o exemplo introduz um

fator inicialmente social com claras implicações econômicas e, certamente, se mais estudado em diversas regiões rurais, provavelmente produziria mais evidências empíricas nacionalmente.

Somadas tais evidências, parece inequívoco concluir sobre um processo geral de esvaziamento do campo brasileiro, resultante de vetores estruturais de longo prazo, mas igualmente o impacto de mudanças sociais relativamente recentes, que vêm reforçando tal tendência. Como pano de fundo histórico, a forte precariedade da vida social em regiões rurais, a qual usualmente atuou com o fermento que estimulou a fuga do campo.

### **3. O que informam as PNAD(s) entre 2012 e 2025**

Analisados os dados estatísticos recolhidos pelas PNAD(s) Contínuas em dois anos específicos (2012 e 2025), uma numerosa lista de mudanças, tendências e processos (gerais ou regionalmente específicos) pode ser apontada. A tendência mais evidente e geral diz respeito à *intensificação do processo de urbanização* em curso no Brasil e seu corolário, o *esvaziamento do campo*. Considerada a população ocupada total (POC total), entre os dois anos citados os ocupados aumentaram em 13,7 milhões de indivíduos, mas a vasta proporção desse crescimento da POC total se tornou moradora de áreas consideradas e definidas como “urbanas”. Conforme a Tabela 1, a esse crescimento somou-se o total de 1,91 milhões que deixaram regiões consideradas “rurais” e, assim, áreas delimitadas como urbanas, entre os dois anos, receberam, no total, 15,6 milhões de novos moradores. Em consequência, a proporção da população ocupada total moradora em regiões rurais caiu de 13,35% para 9,72% do total geral. Ressalte-se: apenas “moradora”, pois parte importante do total dessa população não exerce ocupação propriamente agrícola como a sua atividade principal.

Mais saliente ainda para demonstrar o peso decrescente do trabalho nas atividades produtivas agropecuárias, a POC agrícola (quando a atividade principal é agrícola) caiu de 11,35% para 7,65% do total da população ocupada total (menos 2,2 milhões de pessoas entre os dois anos), atingindo no ano mais recente um total que é o menor de toda a história rural do Brasil (em termos percentuais) – 7,87 milhões de pessoas ocupadas. Em termos macrorregionais, o Nordeste foi a região que observou a maior sangria populacional entre as duas datas, perdendo 1,38 milhão de pessoas envolvidas em atividades agrícolas – ou seja, 63% do total acima citado. O Sudeste e o Sul perderam totais semelhantes (303 mil e 395 mil, respectivamente), embora em termos relativos a

queda seja menor no Sudeste, em face de totais populacionais mais elevados do que os três estados sulistas.

Em síntese, apenas três estados apresentam domicílios rurais em proporção maior do que 20% (sobre o total de sua população ocupada total) – Pará, Piauí e o Ceará. Em forte contraste, 21 dos 27 estados ainda apresentam proporções de população ocupada maiores do que a média brasileira (7,6%) e os cinco estados com mais baixa proporção nesse quesito são o Distrito Federal (0,6%), Rio de Janeiro (1,2%), São Paulo (2,6%), Goiás (6,0%) e Santa Catarina (9,9%).

**Tabela 1.** Brasil. População ocupada total, ocupados rurais e urbanos. População ocupada em atividades agrícolas e não agrícolas, PNAD(s) de 2012 e 2025

<b>População ocupada</b>	<b>2012</b>	<b>2025</b>
Total	89.261.176	102.982.799
Domicílio urbano	77.347.703	92.976.562
Domicílio rural	11.913.473	10.006.237
<b>(%) Rural/total</b>	<b>13,35</b>	<b>9,72</b>
Ocupação não agrícola	79.130.007	95.106.970
Ocupação agrícola	10.131.169	7.875.829
<b>(%) Agrícola/total</b>	<b>11,35</b>	<b>7,65</b>

Fonte: PNAD(s)

As tabelas seguintes (2 e 3) são, contudo, as mais emblemáticas para indicar tendências mais específicas e correspondentes às dinâmicas produtivas da economia agropecuária em diferentes unidades federativas, repercutindo desta forma a história agrícola, rural e agrária desses entes subnacionais. Foram selecionados 12 estados, das cinco macrorregiões, e diversos aspectos merecem destaque. Entre eles, como movimento comum a todos os estados, verificou-se a *redução da população ocupada moradora em regiões rurais* (colunas da POC rural, na Tabela 2) em todos os estados, não obstante a elevação da POC total. Em alguns estados a queda foi bastante significativa, mas usualmente apenas em termos percentuais, pois em números absolutos a redução pode não ser tão expressiva, quando comparada com os aumentos correspondentes da população ocupada total no estado analisado. Por exemplo, em Rondônia há uma diminuição percentual de 24,7% para 18,8% em relação à POC total, mas a queda em números absolutos é em torno de 23 mil pessoas ocupadas e, assim, em relação às atividades produtivas não representa, necessariamente, um grave problema de redução do trabalho rural segundo as ocupações, sendo um estado atualmente estrutura fortemente em termos agropecuários, ocupando parte significativa da área total agricultável do estado (ver Rosa Neto *et alii*, 2025).

Um fenômeno específico de redistribuição da força-de-trabalho se relaciona aos casos do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e o Tocantins. Em todos esses estados existe uma redução da POC rural, sugerindo algum tipo de reagrupamento do fator trabalho em função da dinâmica econômica decorrente da expansão da fronteira agrícola nesses estados (exceto o Ceará). Uma análise pormenorizada sobre o fato pode ser encontrada em Garcia *et alii* (2025). Os casos específicos do Maranhão, Piauí e Ceará são particularmente sugestivos, pois, somados, perderam entre 2012 e 2025 aproximadamente 720 mil ocupados em atividades agrícolas, os quais engrossaram as migrações rurais-urbanas. Ainda no Nordeste, outros estados perderam proporções importantes de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, ainda que em termos absolutos, em certos casos, possam ter sido menores. Destaque-se, contudo, a significativa redução ocorrida em dois estados de grande significação social, econômica e política na região: Pernambuco, que viu reduzir em 194 mil o total de ocupados em atividades agrícolas entre as duas datas das PNAD(s) aqui analisadas. E a Bahia, que observou o mesmo indicador diminuir de aproximadamente 200 mil ocupados em atividades agrícolas.

As mesmas tendências, em praticamente todos os demais estados, puderam ser apontadas, variando os percentuais e, igualmente, os números absolutos. Em alguns casos, em face do tamanho da POC total estadual, esses indicadores sobressaem-se. Em São Paulo, por exemplo, a redução foi de 166 mil ocupados em atividades agrícolas, mas sobre um total da POC estadual de mais de 20 milhões. E o caso de Minas Gerais é extremamente específico, pois apresenta estrutura fundiária fortemente fragmentada em muitos municípios e pequenos estabelecimentos rurais, os quais “seguram” mais persistentemente as famílias com domicílios rurais (Fiuza *et alii*, 2025). Assim, embora perdendo pouco mais de cem mil ocupados envolvidos em atividades agrícolas, a comparação entre os percentuais da POC agrícola indica uma queda não tão significativa (de 13,8% para 10,9%).

Destaque-se ainda os casos de três estados do Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. Em todos eles, as estatísticas relativas aos ocupados em atividades agrícolas caem em números não tão expressivos e, surpreendentemente, no Mato Grosso do Sul, esse número cresce, de 140.939 ocupados em 2012 para 150.057 ocupados em atividades agrícolas, em 2025 (embora caindo em termos relativos).

**Tabela 2.** Brasil e estados selecionados. População ocupada total, ocupada em regiões rurais e população ocupada em atividades agrícolas, conforme as PNAD(s) 2012-2025

Unidade da Federação	POC total		POC rural		POC agrícola	
	2012	2025	2012	2025	2012	2025
RO	731.897	814.261	24,7	18,8	21,6	16,7
PA	3.241.221	3.761.316	26,7	22,6	18,0	14,5
TO	583.850	783.199	14,2	11,9	17,4	12,3
MA	2.465.372	2.681.428	32,0	20,9	28,4	13,7
CE	3.353.141	3.597.804	20,3	17,0	15,8	8,6
PE	3.445.330	3.867.798	18,1	10,1	15,7	8,7
BA	6.025.356	6.510.694	24,8	19,9	19,7	15,0
MG	9.513.585	10.993.025	13,1	9,7	13,8	10,9
SP	20.988.402	24.701.366	4,0	3,2	3,9	2,6
PR	5.442.885	6.286.258	14,6	9,4	12,0	7,7
MT	1.469.687	2.012.157	14,0	9,7	16,9	11,8
GO	3.085.918	3.862.332	8,2	5,1	8,7	6,0
<b>Brasil</b>	<b>89.261.176</b>	<b>102.982.799</b>	<b>13,3</b>	<b>9,7</b>	<b>11,4</b>	<b>7,6</b>

**Tabela 3.** Brasil e estados selecionados. População ocupada total, moradora em regiões rurais envolvida em atividades não agrícolas e população ocupada em atividades agrícolas moradora em regiões urbanas, conforme as PNAD(s) 2012-2025

Unidade da Federação	POC total		POC rural não agrícola		POC agrícola urbana	
	2012	2025	2012	2025	2012	2025
RO	731.897	814.261	27,1	31,2	16,6	22,5
PA	3.241.221	3.761.316	47,2	48,5	21,7	19,5
TO	583.850	783.199	35,3	49,5	47,3	51,3
MA	2.465.372	2.681.428	37,4	53,7	29,4	29,0
CE	3.353.141	3.597.804	46,9	63,2	31,7	27,5
PE	3.445.330	3.867.798	38,5	53,5	28,8	46,1
BA	6.025.356	6.510.694	40,9	49,7	25,8	33,1
MG	9.513.585	10.993.025	33,3	43,7	36,8	49,8
SP	20.988.402	24.701.366	57,7	66,3	56,5	57,5
PR	5.442.885	6.286.258	39,5	46,9	26,4	34,7
MT	1.469.687	2.012.157	35,5	31,5	46,4	44,0
GO	3.085.918	3.862.332	39,0	48,7	42,4	56,2
<b>Brasil</b>	<b>89.261.176</b>	<b>102.982.799</b>	<b>41,6</b>	<b>51,0</b>	<b>31,3</b>	<b>37,8</b>

Por fim, embora sob comentário sintético, a Tabela 3 é a mais relevante para os propósitos principais desse comentário. Ou seja, indicar que a antiga separação entre “o rural e o urbano”, que no passado nitidamente ocorria além da ecologia dos dois ambientes e contextos, incorporando muitas distinções (sociais, econômicas, psicológicas etc.) que eram apontados nos velhos livros de Sociologia Rural, concretamente estariam deixando de existir atualmente. Nem mesmo a antiga música caipira típica dos “rincões rurais de antanho” se manteve como tal, pois agora submersa sob os novos tempos da “música sertaneja”, dominada por interesses financeiros urbanos. Como processo geral, é o que muitos cientistas sociais denominam de “a urbanização do campo”.

Os dados da tabela são extremamente emblemáticos e reveladores. Em 20 dos 27 estados, é igual ou maior do que 45% a proporção de moradores em áreas definidas como “rurais”, mas não envolvidos em atividades agrícolas como a sua principal ocupação. Ou seja, moram no rural por outras razões que não se relacionam com as lides agrícolas (evitar o pagamento de aluguéis na cidade, por exemplo). Ocupações rurais com atividades não agrícolas são elevadas no Distrito Federal (87%), São Paulo (66,3%), Rio Grande do Norte (67,2%), Ceará (63,2%) e no Rio de Janeiro (65,8%).

O indicador mais revelador, contudo, é aquele que organiza as pessoas que revelam ter como atividade principal as ocupações agrícolas, mas moram em áreas definidas como urbanas – a última coluna da Tabela 3. Em 18 dos 27 estados da Federação as proporções são de um terço ou mais do total, com destaque para os nove estados nordestinos, nos quais somente três deles estão fora dessa situação – Maranhão (29,0%), Piauí (29,9%) e Ceará (27,5%). Em cinco estados, a proporção é maior do que 40% de ocupados em atividades agrícolas com domicílio urbano – São Paulo (57,5%), Goiás (56,2%), Mato Grosso do Sul (54,7%), Minas Gerais (49,8%) e Rio Grande do Norte (46,3%).

São tendências de crucial importância porque revelam, claramente, processos sociais indicativos de redução ainda mais acentuada da população envolvida com o rural brasileiro e seu “mundo do trabalho”. Quem já mantém seu domicílio em áreas urbanas, mas ainda trabalha no campo, com sua família observa e analisa a imensa diferença entre a vida social nas cidades e as persistentes dificuldades da vida social nas regiões rurais, com algumas poucas exceções em partes específicas do território brasileiro. Essa percepção produz, inevitavelmente, a desistência do rural, se e quando, para essas famílias, surgir a oportunidade. São estatísticas, portanto, inequívocas no tocante a processos sociais em curso entre as pessoas ocupadas, reforçando o argumento central desse comentário sobre o esvaziamento demográfico do campo brasileiro.

#### **4. Conclusões**

A principal conclusão desses fatos assistemáticos e, também, a análise mais pormenorizada dos indicadores estatísticos, é que vem sendo desenvolvido, no presente século, um processo de rarefação populacional no campo brasileiro. São duas as razões principais que explicam esta irrefreável tendência – a histórica e contínua elevada proporção da pobreza que é típica da vida social rural (que força as migrações para as cidades) e as facetas típicas do padrão tecnológico da chamada agricultura moderna.

A oferta de trabalho nas regiões rurais tem caído, às vezes até dramaticamente em alguns estados, conforme indicado, o que produz diversas ameaças e desafios à economia agropecuária. São amplas as implicações, em muitos âmbitos, alguns insuspeitados. Desde os impactos em políticas de redistribuição fundiária (se o campo se esvazia, onde estaria a demanda social para tal política?), mas igualmente afeta os antigos serviços de assistência técnica, pois a modernização das propriedades rurais e a redução da proporção de pequenos estabelecimentos rurais (os quais seriam o objeto da ação da ATER) vão diminuindo a necessidade de um serviço estatal como esse. Mesmo a pesquisa agrícola acaba se confundindo e perde seu rumo, pois as novas tecnologias, uma vez propostas, quase sempre exigem uma proporção de trabalho humano, mas sua existência se reduz e seu custo se eleva.

Por fim, a diminuição irrefreável da oferta de trabalho nas regiões rurais impacta, em especial, nas propostas ditas “alternativas” de organizar o modelo tecnológico da agricultura e da pecuária. São as recomendações de “agricultura regenerativa”, “agroecologia”, “agricultura orgânica”, “ILPF”, “sistemas agroflorestais”, entre tantas outras propostas que têm sido propagandeadas no presente século. Essas novas orientações sempre implicam em exigir mais diversidade produtiva, pois criticam a “monotonia da monocultura” que é típica do padrão tecnológico do padrão moderno da economia agropecuária. Mas, ao demandarem mais biodiversidade, *necessariamente* se exigirá também mais trabalho envolvido, requerimento que se choca com os números e tendências aqui apresentadas. Ou seja, independente de seus méritos em termos de inovações ou resultados “sustentáveis” finais, sua viabilidade concreta esbarra no mundo real das facetas concorrenciais e econômicas que regem a agropecuária e da histórica precariedade da vida social rural no Brasil. São tendências intrínsecas ao regime econômico e ao modelo tecnológico dominante que tornam tais propostas meramente ilusórias.

## 5. Referências

- Aquino, J.R. e Freire, J.A. A crescente presença das motocicletas no rural nordestino. In: O Mossoroense, Mossoró, 26 de abril de 2018, p. 11. Disponível em: <http://www.omossoroense.com.br/artigo-a-crescente-presenca-das-motocicletas-no-rural-nordestino>
- Aquino, J.R. e Nascimento, C.A. Heterogeneidade e dinâmicas das fontes de ocupação e renda das famílias rurais nos estados do Nordeste brasileiro. In: **Grifos**, Chapecó (Unochapecó), volume 29, número 50, 2020, p. 126-148

- Buainain, A.M. Ensaio introdutório: a agricultura brasileira entre 1950 e 2025. In: Castro, N.R.; Garcia, J.R. e Navarro, Z. (orgs). **Dinâmica econômica e o mundo do trabalho no Brasil rural**. São Paulo: Editora Baraúna, p. 9-29, 2025. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1178070>
- Castro, N.R.; Garcia, J.R. e Navarro, Z. (orgs). **Dinâmica econômica e o mundo do trabalho no Brasil rural**. São Paulo: Editora Baraúna, 2025. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1178070>
- Ferreira, R.A. **A sucessão familiar na pecuária leiteira da Zona da Mata mineira: um estudo sobre a influência da urbanização sobre o processo sucessório**. Viçosa: UFV (dissertação de mestrado), 2023
- Fiuza, A.L.C. *et alii*. O rural em movimento: o crescimento da moradia citadina entre proprietários rurais nos pequenos municípios da Zona da Mata mineira, Brasil. In: **Campo-Território. Revista de Geografia Agrária**, julho de 2020 (Edição Especial), p. 286-304
- Fiuza, A.L.C. *et alii*. Minas Gerais. In: Castro, N.R.; Garcia, J.R. e Navarro, Z. (orgs). **Dinâmica econômica e o mundo do trabalho no Brasil rural**. São Paulo: Editora Baraúna, p. 161-194, 2025. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1178070>
- Garcia, J.R. *et alii*. A fronteira agrícola: Matopiba. In: Castro, N.R.; Garcia, J.R. e Navarro, Z. (orgs). **Dinâmica econômica e o mundo do trabalho no Brasil rural**. São Paulo: Editora Baraúna, p. 581-602, 2025. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1178070>
- Gílio, L. e Castro, N.R. A essencialidade das exportações no crescimento da economia agropecuária. In: Pedroso, M.T.M., Brisola, M.V. e Navarro, Z. (orgs). **O Brasil rural. Novas interpretações**. São Paulo: Editora Baraúna, p. 249-285, 2024
- Hoffmann, R. e Jesus, J.G. Desigualdade na agricultura brasileira: renda e posse da terra. In: Navarro, Z. (org). **A economia agropecuária do Brasil. A grande transformação**. São Paulo: Editora Baraúna, p. 123-175, 2020
- Homma, A.K.O. Agricultura na Amazônia: desafios e oportunidades para o presente e o futuro. In: Pedroso, M.T.M., Brisola, M.V. e Navarro, Z. (orgs). **O Brasil rural. Novas interpretações**. São Paulo: Editora Baraúna, p. 23-55, 2024
- IBGE. Censo 2022 mostra um país com menos filhos e menos mães. In: **Agência IBGE Notícias**. Rio de Janeiro: IBGE, 27 de junho de 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43837-censo-2022-mostra-um-pais-com-menos-filhos-e-menos-maes>
- Jesus, J.G. e Hoffmann, R. Distribuição da renda no Brasil e em Minas Gerais. In: Fiuza, A.L.C. e Braga, M.J. **O rural no semiárido mineiro. Desafios da inclusão econômica**. Viçosa: UFV/IPPDS, p. 29-110, 2024
- Miele, M. Aves e suínos. In: Castro, N.R.; Garcia, J.R. e Navarro, Z. (orgs). **Dinâmica econômica e o mundo do trabalho no Brasil rural**. São Paulo: Editora Baraúna, p. 9-29, p. 637-661, 2025. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1178070>

- Navarro, Z. Ensaio introdutório: o mundo rural de ponta-cabeça. In: Navarro, Z. (org.). **A economia agropecuária brasileira. A grande transformação**. São Paulo: Editora Barauna, 2020, p. 9-41
- Navarro, Z. A travessia do oceano largo: uma interpretação sobre o desenvolvimento agrário brasileiro. In: Barros, G.S. e Navarro, Z. (orgs). **O Brasil rural contemporâneo: interpretações**. São Paulo: Editora Baraúna, p. 319-385, 2022
- Pedroso, M.T.M. e Navarro, Z. O Brasil rural – do passado agrário ao sistema agroalimentar global (1968-2018). In: **Colóquio**, 17(1), p. 1-15, 2020. Originalmente publicado em Buainain, A.M. *et al.* (orgs). **Agricultural Development in Brazil. The Rise of an Agro-Food Power**. Nova York: Routledge, p. 30-45, 2019
- Rosa Neto, C. et alii. Rondônia. In: Castro, N.R.; Garcia, J.R. e Navarro, Z. (orgs). **Dinâmica econômica e o mundo do trabalho no Brasil rural**. São Paulo: Editora Baraúna, p. 522-556, 2025. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1178070>
- Villela, R. Cadê a mão de obra que estava aqui? In: **DBO. Informação e negócios da pecuária**, ano 43, p. 26-30, março de 2024